

Candidato com ficha suja mais longe do palanque

O projeto de lei que proíbe a candidatura de condenados em primeira instância – e não apenas após sentença final, como ocorre hoje – já foi aprovado pela Comissão de

Constituição e Justiça. Para virar lei, um projeto percorre longo caminho, mas a sociedade civil discute alternativas que valorizam políticos com passado ilibado.

PÁGINAS 8 E 9



Presidentes de partidos reúnem-se no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cujo presidente, Carlos Ayres Britto, recomendou “cuidado” na escolha de candidatos

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

CPI encorajou denúncias contra a pedofilia, diz Magno Malta

PÁGINA 5

Crime na internet terá punição definida em lei

PÁGINA 7

Terras para uso rural na Amazônia Legal poderão ser três vezes maiores

PÁGINA 10

cidadania

Dicas para deixar a casa segura durante as férias

Para ter férias tranquilas, é preciso seguir alguns cuidados básicos, antes mesmo da viagem. O primeiro deles é não deixar evidências de que o morador está ausente da casa. No destino, o cuidado com a segurança é fundamental.

PÁGINA 16

Plenário vota LDO nesta terça-feira e recesso deve começar na sexta

Está marcada para esta terça-feira sessão do Congresso para apreciar a lei que traça diretrizes do Orçamento 2009.

PÁGINA 3



Serys Shlessarenko, relatora da LDO: acordo para votar texto final, que incorpora quase todas as emendas parlamentares

ORÇAMENTO

LDO deve ser votada nesta terça

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 deve ser realizada nesta terça-feira, em sessão do Congresso às 19h. Acordo selado na semana passada adiou a votação, para fazer ajustes no projeto, em atendimento a reivindicações, por exemplo, da bancada do Rio de Janeiro, que cobrava a aprovação de projeto (PLN 13/08) que abre crédito suplementar de R\$ 85 milhões para a candidatura do Rio à sede das Olimpíadas de 2016.

Segundo afirmou na sexta-feira, em Plenário, a relatora da LDO, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o texto final é fruto de amplas discussões e contempla emendas de 95% dos deputados e da totalidade dos senadores.

Para que as negociações fossem reabertas, a bancada fluminense ameaçou pedir verificação de quórum e, assim, impedir uma votação simbólica. A mesma estratégia foi sustentada pelo DEM, defensor da retirada do texto da LDO dos investimentos das empresas estatais da regra do duodécimo. Esse mecanismo autoriza o Executivo a gastar um doze avos por mês do total de amplo conjunto de ações do Orçamento quando o ano começa sem que essa matéria esteja com sua votação concluída.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a ausência de deputados prejudicou o quórum.

– Os deputados não compareceram em número suficiente. Há um desejo do próprio presidente da Câmara de ter aqui, [na próxima] nesta semana, um quórum alto, e isso adiou a possibilidade de aprovação hoje da LDO – observou.

Antes da decisão final no Congresso, o PLN 13/08, de interesse da bancada fluminense, precisa ser examinado pela Comissão Mista de Orçamento. Para isso, o presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-



Plenário do Congresso espera reunir quórum suficiente nesta terça-feira para votar a LDO de 2009, pré-requisito para o recesso

RS), antecipou que a comissão programou reunião para esta terça-feira, antes da sessão do Congresso. Outros projetos de créditos adicionais devem ser votados também.

Com a retirada das estatais da regra do duodécimo, normalmente aplicada às despesas correntes de caráter inadiável (manutenção de serviços continuados e da própria máquina administrativa), as regras de execução provisória do Orçamento de 2009 deverão ficar praticamente iguais às deste ano.

Segundo Serys, a ameaça de obstrução foi inspirada por interesses “mais de ordem política”. Mas ela avaliou que apenas as estatais dependentes, que se mantêm com repasses de recursos do Orçamento Fiscal, podem vir a enfrentar algum tipo de dificuldade com a retirada da regra do duodécimo.

As empresas estatais foram retiradas da regra de uso de duodécimos

CMO traça estratégia para o Orçamento

Quase dois meses antes da chegada do projeto da lei orçamentária de 2009 ao Congresso, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) já montou uma proposta de calendário para a tramitação levando em conta as dificuldades que o ano eleitoral impõe às votações.

Foi projetado o dia 17 de dezembro como data para exame do relatório final da matéria na comissão. No dia 21, dois dias antes do início do recesso, o parecer será encaminhado à Mesa diretora do Congresso, que, então, marcará a sessão conjunta para a votação final.

– Fizemos um cronograma

pessimista, com a proposta chegando a Plenário já às portas do Natal, mas poderemos antecipar os prazos com um trabalho rigoroso e sistemático – acredita o presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho.

O cronograma foi acertado entre o deputado gaúcho e o relator-geral do Orçamento para 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o relator do Comitê de Receitas, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), e a maioria dos relatores setoriais das dez áreas temáticas da peça orçamentária.

Participaram, ainda, os coordenadores dos comitês perma-

nentes, entre eles o deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), do grupo que fará o exame inicial da adequação técnica e regimental das emendas ao texto do governo.

Ficou também definido que o debate do projeto envolverá a realização de pelo menos cinco audiências públicas, uma em cada região do país. Essas reuniões devem ocorrer até 8 de dezembro, mas sem colidir com as datas-chave das eleições municipais. A idéia é acomodar os debates no período entre o primeiro turno (5 de outubro) e o segundo (26 de outubro) do pleito.

CRÉDITOS - Seis projetos aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) abrem créditos extraordinários, em favor de vários ministérios, no valor total de R\$ 2,40 bilhões. Os projetos dependem de exame do Plenário. Os valores são R\$ 1,45 bilhão para os ministérios do

Planejamento e das Cidades; R\$ 616,08 milhões para Minas e Energia e Transportes; R\$ 122,53 milhões para a pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; R\$ 195,72 milhões para a Saúde; R\$ 9 milhões para o Ministério da Justiça; e R\$ 1,39 milhão em favor do Ministério dos Esportes.

DECISÕES

MP remaneja R\$ 1,81 bilhão em verbas

O Senado promulgará medida provisória (MP 424/08) que destinou crédito extraordinário no valor de R\$ 1,81 bilhão para a Presidência da República e sete ministérios. A votação da MP, mais uma vez, produziu um confronto entre governo e parlamentares (da base do governo e da oposição) contrários ao exame desse tipo de medida, considerada inconstitucional.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) encabeçou um pedido de verificação de quórum durante a sessão de quarta-feira, à noite, que quase inviabiliza o exame da MP e o esforço concentrado destinado a votar mais de 20 matérias numa só sessão. Os autores do pedido de verificação de quórum, que interromperia exclusivamente

a votação da MP 424, foram, além de Mesquita Júnior, Mão Santa (PMDB-PI), Pedro Simon (PMDB-RS) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

Em reação, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), chegou a anunciar que a base governista estava em obstrução, de modo a derrubar a sessão e retomar as votações em agosto, depois do recesso parlamentar. Isso, no entanto, prejudicaria o exame de projetos como o que aumenta os salários de bombeiros e policiais militares, cujas lideranças estavam presentes às galerias.

O quórum foi conseguido com o apoio dos líderes da oposição, que anunciaram o cumprimento do acordo com vistas a limpar a pauta. No entanto, os líderes

do DEM, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), votaram contra a MP, por entenderem que era inconstitucional.

O maior montante de recursos, no valor de R\$ 944,42 milhões, é destinado ao Ministério da Defesa, para o Comando da Aeronáutica, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

A segunda maior fatia (R\$ 219,61 milhões) vai para órgãos da Presidência da República – as companhias Docas dos estados do Espírito Santo, Bahia, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte – com vistas a atender à necessidade premente de serviços e obras nas instalações dos portos.

POLICIAIS E BOMBEIROS - Projeto de lei de conversão de medida provisória (PLV 17/08) que reajustou a remuneração de policiais militares e bombeiros do DF foi aprovada com modificações e aumenta em até 40% a Vantagem Pecuniária Especial (VPE) das duas corporações. O projeto vai à sanção.

TRÂNSITO - A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que inclui as operações de resgate de vítimas de trânsito entre as atividades autorizadas a receber recursos provenientes de multas de trânsito. O projeto (PLS 202/07) recebeu decisão terminativa da CCJ.

EMPRÉSTIMOS - Sorocaba (SP) e Vitória (ES) foram autorizados pelo Senado a contratar empréstimos no exterior. Sorocaba receberá US\$ 42,79 milhões da Cooperativa Andina de Fomento (CAF) para financiar ações referentes a programa ambiental e de integração social. Já Vitória investirá US\$ 39,1 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em seu programa de desenvolvimento urbano e inclusão social.

AVIAÇÃO - O projeto de lei da Câmara (PLC 67/05) que equaliza a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre o querosene e a gasolina de aviação – R\$ 92,10 por m³ –, na importação e na comercialização no mercado interno, foi aprovado pelos senadores e enviado à sanção.

INFÂNCIA

Congresso comemora 18 anos do estatuto

O Congresso Nacional comemorou, na quinta-feira, o 18º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990. A homenagem reuniu autoridades ligadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente, organismos internacionais, membros da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente – além de jovens que ocuparam as bancadas dos senadores.

Patrícia Saboya (PDT-CE), presidente da Frente Parlamentar, disse estar na Constituição o embrião do estatuto. Coube à Frente, criada em 1993, lembrou a senadora, lutar por sua implementação. Ela assegurou que o estatuto representa uma lei “que pegou, sim”, apesar do ceticismo e da pouca solidariedade de algumas autoridades.

– No Brasil, o Estado é o maior infrator contra os direitos das

crianças, porque os entes federativos não garantem condições mínimas e seguras para que elas possam brincar livremente nas ruas, freqüentar escolas de qualidade, ter boa alimentação e moradia decente – protestou.

A senadora disse ainda que o país precisa tomar conta das crianças, e não permanecer indiferente aos “pequenos que trabalham nos faróis e exibem seus corpos nas ruas para atrair clientes”.

– Sem escola de qualidade, que proporcione conhecimento, chance de formação e de profissão futura, e possibilidades para lazer, cultura e esporte, a sociedade perderá a adrenalina que fará falta ao Brasil – concluiu Patrícia Saboya.

A senadora Marina Silva (PT-AC) protestou diante das tentativas de responsabilização de crianças pela delinquência e pela violência. Segundo Marina, elas

são “as vítimas mais inocentes de um sistema em que amor e afeto começam a lhes fazer falta já no ventre de suas mães”.

– Para lidar com crianças e adolescentes, é preciso resgatar a criança interna que fomos e ainda somos. Não podemos perder a capacidade de enxergar a necessidade de sustentarmos um ao outro, porque ninguém se basta, todos precisam de todos – enfatizou.

Participaram da sessão o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; a representante do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, Rosa Maria Ortiz; a subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmem Silveira de Oliveira; e a fundadora da Frente Parlamentar, deputada Rita Camata (PMDB-ES). Também estavam presentes crianças e adolescentes do Projeto Giração, de Brasília.

Lúcia Vânia alerta para desafio de reduzir a pobreza

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o momento é “de reflexão”.

– É hora de pensarmos sobre conquistas que tivemos e os desafios que ainda precisamos vencer – disse.

Entre os desafios, Lúcia Vânia acredita ser preciso prestar atenção especial aos lares chefiados por mulheres pobres e analfabetas, cujas famílias acabam por reproduzir, de modo intenso, o círculo da pobreza, como ressaltou.

– Esse é um problema que precisa ser levado a sério. Se 31% da população vivem em situação de pobreza, entre crianças de zero a seis anos de idade esse índice é de 50,3% – destacou.

É preciso ainda garantir mais escolas, diz Rosalba Ciarlini

O ECA ainda não representou “a libertação das crianças brasileiras da fome, da violência, da falta de escola”, avaliou a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

– Queremos fazer a reflexão e a convocação: vamos avançar mais. Não podemos negar às crianças os direitos mínimos. Criança tem que ser prioridade – afirmou.

Já o presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), disse que o presidente Lula comprometeu-se a sancionar o projeto (já acolhido pelo Senado) que criminaliza novas condutas pedófilas assim que for votado pelos deputados. Malta pediu o empenho do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que o texto seja aprovado com urgência.

Ministro critica tese de redução da maioria penal

Depois de afirmar que “uma nação se mede pela atenção que é dada à criança e ao adolescente”, o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, condenou, na sessão comemorativa em Plenário, a redução da idade penal de 18 para 16 anos de idade.

Vannuchi observou que o ECA é um dos estatutos mais avançados do mundo. Mas reconheceu que ainda há muita coisa por fazer na defesa das crianças e dos adolescentes, incluindo eficiente combate à pedofilia e à exploração sexual de meninas e meninos, além da melhoria da qualidade de ensino, especialmente o fundamental.



Como candidatas a prefeita, Patrícia Saboya e Maria do Rosário assinaram o compromisso de implementar as medidas sugeridas

Frente lança pacote de 18 propostas para a infância

A Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente lançou 18 propostas de políticas públicas, destinadas a esses jovens, que serão encaminhadas a candidatos a prefeito e a vereador de todo o país para que eles assumam o compromisso de implementar as medidas.

Os parlamentares também pediram ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, apoio para a aprovação, ainda em 2008, de 18 projetos de lei que beneficiam essa parcela da população.

A senadora Patrícia Saboya e a

deputada Maria do Rosário (PT-RS), candidatas às prefeituras de Fortaleza e Porto Alegre, respectivamente, assinaram o compromisso durante a solenidade. O documento também será firmado por outros 40 congressistas candidatos, em evento posterior.

Saboya disse estar preocupada com pesquisa que afirma que 87% da população brasileira apóia a redução da maioria penal para 16 anos. Para ela, a aplicação integral do ECA poderá contribuir com a redução da criminalidade no Brasil.

A garantia dos direitos

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) obedece ao artigo 227 da Constituição e adota a chamada doutrina da proteção integral. Seu pressuposto básico afirma que crianças e adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral.

Com 267 artigos divididos em dois livros, o ECA garante os direitos e deveres de cidadania a crianças e adolescentes, e discorre sobre políticas referentes a saúde, educação, adoção, tutela e questões relacionadas a crianças e adolescentes autores de infrações.

Para efeitos legais, o estatuto

considera crianças os menores de 12 anos, e adolescentes os que têm entre 12 e 18 anos.

De acordo com o ECA, os casos de infração de crianças e adolescentes que não impliquem grave ameaça podem ser beneficiados pela remissão como forma de exclusão ou suspensão do processo. O estatuto também restringe a apreensão desses menores somente em dois casos: flagrante delito de infração penal e ordem expressa e fundamentada do juiz.

A chamada liberdade assistida introduzida pelo ECA é a medida socioeducativa considerada mais adequada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente que cometeu um ato ilícito.

DECISÕES

Senado aprova projeto que criminaliza pedofilia

O Plenário do Senado aprovou o projeto de lei (PLS 250/08) proposto pela CPI da Pedofilia que criminaliza novas condutas envolvendo crianças e adolescentes e atualiza penas para crimes já previstos no ECA. O projeto agora vai à Câmara dos Deputados.

O objetivo é tornar mais clara a legislação para reprimir melhor a pedofilia, intensificando o combate à produção, à venda, à distribuição e ao armazenamento de pornografia infantil, criminalizando condutas como a aquisição e a posse de material pedófilo por meio da internet.

– Essa foi uma vitória de todas as crianças e do Brasil – afirmou o senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI.

Malta agradeceu aos técnicos

que colaboraram com a comissão na elaboração do projeto e disse que há acordo para agilizar a votação na Câmara. Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Gim Argello (PTB-DF) louvaram a aprovação da matéria.

De acordo com o texto, aliciar, instigar ou constranger criança, por qualquer meio de comunicação (tática conhecida como *grooming*), a praticar “ato libidinoso” será crime passível de pena de um a três anos de reclusão, além de multa.

Nas mesmas penas, incorrerão aqueles que facilitarem ou induzirem o acesso de crianças a material pornográfico ou as levarem a se exibirem de forma sexualmente explícita.

Pedófilo usou rede do Senado para divulgar fotos

A CPI da Pedofilia vai convocar um ex-assessor do Senado e do Banco Central acusado de utilizar a rede da Casa para divulgar mais de 3 mil imagens de pornografia infantil. Ele foi investigado pela Polícia Federal e pela Polícia Legislativa e, com a conclusão do inquérito, foi alvo de denúncia pelo Ministério Público.

A CPI também decidiu, na quarta-feira, reconvocar o integrante do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Alexander Ladislau, identificado pela Operação Arcajo como possível participante da rede de exploração. Ladislau não compareceu à convocação anterior da CPI. Silas Cabral, advogado de dois acusados de pertencer à rede de pedofilia,

também foi convocado.

Na Operação Arcajo, deflagrada em junho pela Polícia Federal para investigar denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes em Roraima, foram presos o procurador-geral do estado, Luciano Alves Queiroz, e o major da Polícia Militar Raimundo Ferreira Gomes, entre outros envolvidos.

Por outro requerimento aprovado, o diretor-geral do MSN/Hotmail no Brasil, Osvaldo Barbosa de Oliveira, será convidado a participar de audiência pública na primeira semana após o recesso parlamentar, em agosto, para dar informações sobre o uso de *e-mails* do Hotmail nos perfis dos usuários do Orkut ligados à pedofilia.

Réu em processo de extradição deverá ficar preso

O Senado acolheu o projeto (PLS 126/08) apresentado pela CPI da Pedofilia que altera o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) para determinar a prisão preventiva daqueles que respondem a processos de extradição. A prisão preventiva poderá ser feita por autoridade competente, agente diplomático ou consular do Estado que requereu a prisão, estendendo-se essa competência também ao Ministério Público da União ou à representação da Polícia Federal. O projeto estabelece ainda que a representação da autoridade policial brasileira nos pedidos de extradição perante o Supremo Tribunal Federal, para efeito da prisão preventiva, poderá ser instruída com base nas diretrizes da Interpol.

ENTREVISTA CPI da Pedofilia só será encerrada após votação dos projetos em discussão na comissão, diz Magno Malta

Magno Malta

Instalada em março deste ano, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia conseguiu vários feitos inéditos, como a quebra de sigilo de álbuns do site de relacionamento Orkut que continha material com pornografia infantil. E há duas semanas foi assinado na CPI termo de ajustamento de conduta entre o Google Brasil e o Ministério Público Federal para estabelecer um sistema de filtro que deve prevenir a publicação de material ilícito no Orkut. A CPI, segundo seu presidente, senador Magno Malta (PR-ES), também quer aprovar leis que combatam o crime ainda durante a vigência da comissão, que teve os trabalhos prorrogados por 180 dias, a partir de 4 de agosto. Magno Malta, que propôs a criação da comissão, fala sobre o trabalho para os próximos meses e o que ainda precisa ser feito para combater os pedófilos. Para o senador, os resultados do trabalho da CPI criam precedente de importância mundial.

Jornal do Senado – A CPI tem mostrado que o acesso a conteúdos pedófilos na internet é muito grande. Os casos no Brasil estão crescendo ou está havendo maior visibilidade?

Magno Malta – Visibilidade. Já existia a pedofilia, mas quem é que sabia que o Brasil era o maior consumidor de pedofilia pela internet, de material pornográfico de criança? Então, [a visibilidade] vem crescendo porque as pessoas vêm se encorajando a denunciar a partir da CPI. A sociedade se mobilizou, se encorajou. A CPI conseguiu quebrar o sigilo, trazer à tona a miséria dos álbuns fechados. A internet foi um grande mal para as famílias, neste quesito pedofilia e criança, mas foi um grande bem quando fez revelar aquilo que estava oculto. Eles [os pedófilos] achavam que estavam escondidos nos álbuns fechados, no sigilo da internet que nunca seria quebrado.

Apesar de todo esse acesso a conteúdos pedófilos, poucas pessoas foram presas ou responderam por esse crime. O que precisa ser feito?

O problema é que no Brasil não temos lei para a pedofilia. Não temos a tipificação de crime de pedofilia e, para



Presidente da CPI, Magno Malta ressalta que investigações precisam da colaboração de empresas que atuam na internet, como Microsoft, Terra e IG

prender alguém, tem de citar os artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente [o primeiro define como crime a produção ou direção teatral, televisiva, cinematográfica, fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando criança ou adolescente em cena pornográfica, de sexo explícito ou vexatória; o segundo, a produção, divulgação e venda de fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente], o atentado violento ao pudor, o estupro. Ou seja, você sai juntando um monte de artigos para tentar segurar o indivíduo e, quando consegue prender, é uma pena muito branda. Um, dois terços cumpridos, ele vai embora para a rua. E ainda há a impunidade. Para o crime cibernético, a lei diz que a pessoa só responde se for pega teclando, baixando ou enviando material pedófilo. Na Operação Carrossel [realizada pela Polícia Federal para coibir o crime de pedofilia na internet], em muitos casos a Justiça vai ter de

devolver o computador dos pedófilos.

Conseguir abrir os álbuns do Orkut e remover do site conteúdos pedófilos é algo inédito. Isso poderá se dissipar para outros países e outros provedores?

A repercussão nos meios de comunicação aconteceu do ocidente ao oriente. Do *New York Times* ao *El País*. Nos mais importantes sites do mundo a notícia dizia que “Senado do Brasil põe Google no banco dos réus”. A Índia é o segundo maior consumidor de Orkut no mundo e não consegue pegar seus pedófilos. Nós encontramos eles aqui na quebra de sigilo feita no Brasil e vamos entregar para a embaixada daquele país. O precedente foi aberto com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta [assinado pelo Google Brasil e o Ministério Público Federal na CPI da Pedofilia] no Brasil e agora fica necessariamente escrito que eles terão de abrir as portas para outros países. Essa luta em favor da criança

é uma causa mundial. Foi uma vitória do Brasil, uma vitória da CPI, que tem poder de polícia, algo que o Ministério Público vinha tentando conseguir havia quatro anos e nunca conseguiu.

Além de uma legislação mais rígida, como é possível combater os pedófilos? Eles deveriam ser tratados em espaços psiquiátricos ou devem ir para a prisão?

Na minha concepção, pedofilia é 5% de doença e 95% de safadeza. Eles têm de pagar, ir para a prisão. O Estado tem de oferecer tratamento, se eles precisarem, se assumirem que são doentes, mas isso não vai invalidar a pena. E precisa preservá-los na sua integridade física, porque, do jeito que as coisas vão, as pessoas vão matá-los no meio da rua. Mas acho que pedofilia é muito de safadeza do indivíduo que, para satisfazer sua tara sexual, invade as emoções de uma criança, seu psicológico, desmoraliza a família e cria lesões por todo o resto de suas vidas.

O que a CPI propõe de legislação?

Tipificar o crime em 30 anos sem progressão de regime, mais rastreamento eletrônico até a morte, classificando-o como hediondo. Estamos mudando a tipificação de conduta, com alterações nos artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Que o réu primário que abusar de crianças perca o privilégio da primariedade. Para quem tem curso superior, a perda dos privilégios nos casos de abuso de criança e com agravante de pena. Estamos estudando ainda uma série de outras legislações para poder fechar as portas. Aguarda votação do Plenário a proposta que dá perdimento dos bens para os indivíduos que praticam pedofilia. Ou seja, veículos, casas, restaurantes, onde as crianças foram usadas e abusadas. E ainda o governo precisa atentar para o atendimento ao abusado, que é tratado no Plano Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil.

A CPI foi prorrogada por mais 180 dias. O que vocês ainda esperam conseguir?

São tantos casos e nós precisamos viajar pelo Brasil todo para mapear a pedofilia. Existem investigações em andamento. Há muita gente para ser atendida, mas ainda precisamos da Microsoft, do Terra, do IG, sentar com todos e firmar termos de conduta. E a CPI não se encerrará antes que toda a legislação seja votada. Vocês não vão escrever: CPI fez seu relatório propondo isso e aquilo.

O senhor quer aprovar tudo durante a CPI?

Exatamente. Essa é a primeira CPI que aprova lei no meio dos seus trabalhos.

Ações educativas e informativas nas escolas podem moldar os cidadãos para combater práticas desse tipo?

Eu acredito, sim. Mas eu acredito mais na família. Porque a escola é o reflexo da família. A escola entra no trabalho preventivo que deve ser ação de todos nós, do governo, das empresas, das operadoras de internet, dos provedores. Vamos propor que todo o material do governo tenha a frase “Pedofilia é crime”, como um selo para as cartas. Especialistas dizem que se o Brasil não tomar uma providência, com o índice de pedófilos que temos, dentro de dez a 15 anos teremos uma sociedade completamente mutilada nos seus valores e na moral.

PLENÁRIO



Garibaldi elogia a convenção da Organização das Nações Unidas, que tem força de emenda constitucional

Ratificada convenção de direitos dos deficientes

Primeiro tratado internacional com *status* constitucional da história do Brasil, foi confirmada na semana passada a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Construída com a participação de organizações de deficientes de todo o mundo, a convenção é a primeira do século 21 e foi definida como um documento histórico pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao promulgar o decreto legislativo que ratifica o texto.

Na população brasileira, 14,5% têm algum tipo de limitação funcional (25 milhões de pessoas). Essa convenção marca uma mu-

dança de atitudes e abordagens em relação a essas pessoas. Elas não serão mais vistas como meros objetos de proteção social, mas como sujeitos capazes de exigir seus direitos e participar das decisões da sociedade. A convenção confere reconhecimento universal à dignidade das pessoas com deficiência – e o presidente do Senado sublinhou isso.

– Defender os direitos e a aceitação social da pessoa com deficiência é defender o que queremos de melhor para a sociedade brasileira. Se o Congresso Nacional não tivesse vivido nenhum momento que justificasse o seu reconhecimento pelo povo, seria este o momento, com a ratifica-

ção dessa convenção – afirmou o presidente.

Garibaldi também disse que a causa dos direitos humanos não admite exceção nem transigência em seus princípios e valores. Ele frisou que essa convenção harmoniza-se com perfeição ao que estabelece a Constituição brasileira, que define a dignidade da pessoa humana e a cidadania como fundamentos da República.

Também estiveram presentes o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, a secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Linamara Rizzo, e o ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannucchi.

VISÃO MONOCULAR - O Plenário aprovou e enviou para sanção presidencial o projeto de lei da Câmara (PLC 20/08) que estende aos portadores de visão monocular os benefícios já assegurados aos deficientes visuais. O Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (PLS 6/03, em discussão na Câmara) já inclui, por decisão dos tribunais superiores, as pessoas com audição unilateral.

EMPREGO - A capacitação para o trabalho e a empregabilidade da pessoa com deficiência serão tema de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no dia 4 de dezembro. A proposta é do senador Flávio Arns (PT-PR) e a data coincide com a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, comemorada no início de dezembro.

EMPRESAS AÉREAS - Celebrado em Brasília há quase três anos, foi aprovado pelo Plenário e enviado à promulgação tratado firmado pelo Brasil com o Reino Unido que isenta as empresas de transporte aéreo e marítimo do pagamento, no Brasil, de impostos ou contribuições sobre a renda ou os lucros. A isenção é recíproca para empresas brasileiras que atuem no Reino Unido.

ALBATROZES - Outro acordo internacional, que trata da conservação de albatrozes e petréis (aves migratórias), também foi aprovado pelo Plenário na semana passada e agora será promulgado pelo Congresso Nacional. Assinado na Cidade do Cabo, na África do Sul em 2001, e em vigor desde 2004, o tratado contou com a adesão de 11 países, entre os quais o Brasil.

Novos embaixadores para a Ásia, África e Comunidades Europeias

Os nomes de embaixadores do Brasil em quatro países e de representante junto às Comunidades Europeias foram aprovados pelo Plenário. Para Burkina Faso, o escolhido pelo presidente Lula é Santiago Luis Bento Fernández Alcázar. Cumulativamente, Sérgio

de Souza Fontes Arruda exercerá o cargo na Malásia e no Brunei.

O terceiro diplomata aprovado pelos senadores é Flávio Helmold Macieira, representante na Nicarágua. Ricardo Neiva Tavares será o representante permanente junto às Comunidades Europeias.

Missão brasileira no Haiti poderá contar com mais cem militares

O Senado referendou o pedido do governo federal de envio de mais cem militares brasileiros ao Haiti, elevando assim o efetivo nacional naquele país do Caribe para 1.300 homens.

De acordo com os ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, os novos militares atuarão basicamente em serviços de engenharia. “Para que se consolidem

os resultados obtidos ao longo dos últimos anos, é preciso assegurar o continuado apoio da comunidade internacional ao Haiti”, diz o documento enviado ao Senado.

O Brasil participa da missão de paz das Nações Unidas no Haiti desde 2004 e é o país com maior contingente naquele país, detendo, por conseguinte, o comando militar no território haitiano.

Jobim e Sobel deverão falar sobre Quarta Frota

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, serão convidados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a debater a reativação da Quarta Frota da Marinha norte-americana. Requerimento nesse sentido, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi aprovado na semana passada.

Arruda elogiou a iniciativa de quatro senadores – Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) – de visitarem Sobel para expor sua preocupação com a reativação da Quarta Frota, criada durante a 2ª Guerra Mundial e extinta em 1950. A área de atuação dessa frota é a América Latina.

– O que é a Quarta Frota? Por que ela está monitorando o Atlântico Sul? – questionou

Arruda, ao sugerir a presença do embaixador na comissão.

Ao relatar o encontro, Suplicy disse que foram lembrados episódios como o da participação da Marinha americana no golpe militar de 1964 no Brasil. Sobel, segundo o senador, reiterou que a recriação da Quarta Frota tem motivações humanitárias, como as de assistência à saúde e às vítimas de desastres naturais.

Romeu Tuma (PTB-SP) disse ter estranhado que a medida tenha sido anunciada dias depois da publicação de uma entrevista do comandante da Marinha, Júlio de Moura Neto, sobre as dificuldades orçamentárias.

De acordo com Pedro Simon, o embaixador Clifford Sobel achou estranha a reação brasileira, pois, na opinião do diplomata, os países latino-americanos deveriam ser gratos pela decisão.

INGRID - O senador Pedro Simon (PMDB-RS), que estará em Paris esta semana, ofereceu-se para levar à ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt convite da CRE para que ela fale sobre o período em que foi refém das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A comissão aprovou ainda o envio ao Ministério das Relações Exteriores e à Organização da Unidade Africana (OUA) de uma “manifestação de preocupação” com a situação política do Zimbábue, onde o presidente Robert Mugabe reelegeu-se em um pleito marcado por denúncias de fraude.

Francês lamenta morte de brasileira na Guiana

O embaixador da França no Brasil, Antoine Pouillete, deploreu a morte da brasileira Nerize Dias de Oliveira, ocorrida na fronteira entre o Suriname e a Guiana Francesa durante uma ação de deportação daquele departamento ultramarino francês.

Em audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Pouillete classificou a morte como “uma infelicidade”, mas

os demais participantes do debate defenderam investigação profunda sobre as denúncias de truculência da polícia da Guiana no episódio.

Um grupo de garimpeiros deportados da Guiana Francesa no final de abril denunciou a morte de Nerize, 36 anos, que teria caído da embarcação que os transportava no rio Maná. A polícia francesa não teria prestado socorro nem permitido o resgate da mulher pelos brasileiros. Seu corpo só foi encontrado cinco dias depois.

Ministro explicará proposta de Conselho de Defesa

O presidente do Parlamento do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), convidará o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para participar da próxima sessão do colegiado, nos dias 28 e 29, em Montevidéu. Ele pedirá ao ministro que exponha aos parlamentares dos quatro países que compõem o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – a proposta de criação do Conselho de Defesa da América do Sul.

– O comparecimento do ministro será importante para que se promova um debate com mais profundidade sobre o tema, ainda mais agora com a Quarta Frota da Marinha norte-americana nas nossas

costas. Precisamos dar uma resposta aos Estados Unidos – disse Dr. Rosinha ao final de reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, realizada na quarta-feira, no Senado.

Em maio, foi anunciada pela presidente do Chile, Michelle Bachelet, que assumia a presidência temporária da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), a criação de um grupo de trabalho para debater o estabelecimento do conselho.

O grupo teria 90 dias para discutir a proposta brasileira, que já foi apresentada por Jobim a diversos governos sul-americanos.

PLENÁRIO

Oceanógrafo e ecólogo têm as profissões regulamentadas

A regulamentação das profissões de oceanógrafo e ecólogo agora só depende da sanção do presidente Lula. Os senadores aprovaram os projetos sobre o tema na semana passada. O PLS 274/91 define que a profissão de oceanógrafo poderá ser exercida tanto pelo graduado em Oceanografia ou Oceanologia quanto pelos que tenham diploma de nível superior em outras áreas ligadas às geociências, ciências naturais ou do mar, os diplomados pela Escola Naval ou os que já estejam exercendo atividades oceanográficas há cinco anos. Já o PLC 91/define que o ecólogo será profissional de nível superior, com formação interdisciplinar específica do campo da Ecologia, dos ecossistemas naturais, artificiais, de seus componentes e suas inter-relações.

EDUCAÇÃO - Projeto de lei da Câmara (PLC 18/08) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para estimular a educação profissional foi aprovado em Plenário e agora vai à sanção. A nova lei estabelece que a educação de jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente com a educação profissional e tecnológica, de nível médio e de graduação e pós-graduação.

CONFEA - O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) passará dos atuais 18 para 31 membros, sendo que a eleição dos representantes estaduais será disciplinada por resolução da entidade, tendo como regra o voto direto e secreto. É o que prevê o PLC 123/06, aprovado pelos senadores e também enviado à sanção presidencial.

CARGOS NO TRT - O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) foi autorizado a criar 224 cargos em comissão e 694 funções comissionadas no seu quadro de pessoal pelo PLC 49/08, aprovado pelos senadores na semana passada. Segundo o relator Demostenes Torres (DEM-GO), a medida ratifica a criação dos cargos por meio de resolução administrativa do TRT.

MOTORISTAS - Jornada de oito horas de trabalho, com o máximo de duas horas extras, e criação de mecanismos para medir o período efetivo de serviço, estão entre as reivindicações de motoristas de ônibus, caminhões e táxis que deverão constar de projeto de lei a ser elaborado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Projeto que pune crimes na internet volta à Câmara

A polícia e a Justiça poderão ter em breve munição jurídica apropriada para lidar com ciberpiratas, disseminadores de vírus, pedófilos e outros praticantes de crimes na área de informática. O Senado aprovou, na semana passada, substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 89/03) que pune danos causados a pessoas, equipamentos, arquivos, dados e informações em unidades isoladas ou em redes privadas ou públicas de computadores (veja texto abaixo).

O projeto retorna à Câmara por ter sido modificado. A nova redação foi dada, primeiramente, pelo relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

– Os brasileiros poderão ter com a futura lei um ambiente seguro para desenvolver suas atividades no campo da informática – afirmou.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o tema recebeu novos aprimoramentos pelo relator Aloizio Mercadante (PT-SP), que negociou as emendas com setores do governo e da sociedade.

– Aprovamos um projeto rigoroso contra o crime, mas que ga-



Azeredo, relator na CCT, acha que, com a nova lei, os brasileiros poderão ter um ambiente seguro no campo da informática

rante a liberdade de expressão na internet – acredita Mercadante.

As emendas tratam dos temas mais polêmicos, como a pirataria e a ação de pedófilos. O novo texto tipifica o crime de acesso a equipamentos ou redes com a violação da segurança de ambientes que tenham “proteção expressa”. Da mesma forma, será considerada criminosa a transferência sem autorização de dados e informações de unidades ou

sistemas cujo acesso for restrito e protegido expressamente.

O projeto também classifica como crime falsificar dados eletrônicos ou documentos públicos e verdadeiros; falsificar dados ou documentos particulares e verdadeiros; criar, divulgar ou manter arquivos com material pornográfico contendo imagens e outras informações envolvendo crianças e adolescentes; praticar o estelionato; capturar senhas de

Provedores serão obrigados a manter registros por até três anos

Prisão e multas para hackers, piratas e disseminadores de vírus

Para Aloizio Mercadante, o projeto aprovado equilibra-se entre o desejo de liberdade dos usuários de informática e a necessidade de segurança por parte dos cidadãos, do Estado e das empresas. Ele não concorda que a futura lei vá dificultar a navegação dos internautas em busca de conhecimento, diversão, trabalho ou negócios.

– Só estamos tipificando o crime de invasão de redes ou sistemas e o acesso, sem autorização, a dados e informações protegidos. No mais, os internautas poderão circular à vontade – explicou o senador.

O relator do projeto na CAE lembrou que o Congresso Nacional não poderia deixar de legislar sobre esse grande instrumento de trocas na sociedade contemporânea e que também se apresenta como um espaço para atos lesivos.

De acordo com o texto, acessar redes de computadores ou outros sistemas informatizados sem autorização do legítimo titular –

como fazem os chamados *hackers* – passa a ser crime, com pena de reclusão de um até três anos e multa. O uso de nome falso ou identidade de terceiros aumenta a pena em um sexto.

Reclusão de um a três anos e multa são previstas para quem obtiver ou transferir dado ou informação sem autorização ou violando autorização do legítimo titular. A pena aumenta em um terço se os dados ilegalmente obtidos forem fornecidos a terceiros.

Já a divulgação, utilização, comercialização ou disponibilização de dados e informações pessoais contidas em sistema informatizado com finalidade distinta da que motivou seu registro fica sujeita à pena de detenção de um a dois anos e multa. Também nesse caso o uso de nome falso ou da identidade de terceiros eleva a pena em um sexto.

Outra pena de reclusão de um a três anos e multa está prevista no caso de alguém inserir ou difundir

código malicioso (vírus, *spywares*, *malwares*...). Se o crime resultar em destruição ou qualquer outro grau de dano ao dispositivo de comunicação, a reclusão poderá ser de dois a quatro anos e multa. Caso o agente utilize nome falso ou identidade de terceiros, a pena aumenta em um sexto.

Entre os demais crimes previstos no substitutivo está também o de atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço públicos ou de utilidade pública (fornecimento de água, luz, comunicações etc.)

Ao alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o substitutivo considera crime passível de punição a ação de apresentar, produzir, vender, receptor, fornecer, divulgar, publicar ou armazenar

usuários do comércio eletrônico; e divulgar imagens de caráter privativo.

Esteve presente à votação o casal Marco Antônio e Cristina Del’Isola, pais de Maria Cláudia Siqueira Del’Isola, jovem de 19 anos assassinada em 2004 no Distrito Federal. As fotos da perícia realizada no corpo de Maria Cláudia foram divulgadas pela internet causando grande comoção.

Mercadante explicou que os provedores de internet serão obrigados a preservar em seu poder, para futuro exame, arquivos requisitados pela Justiça, assim como encaminhar às autoridades judiciais quaisquer denúncias de crimes que lhes forem feitas. No mais, os provedores terão de guardar por três anos os registros de acesso para que se possa saber quem acessou a internet, em que horário e a partir de qual endereço.

O senador paulista esclareceu que essas regras foram objeto de discussão com entidades como a Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).



Para Mercadante, Congresso não poderia deixar de legislar sobre tema tão importante

consigo, por qualquer meio de comunicação, inclusive a internet, fotografias, imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes. O responsável pelo provimento de acesso de computadores é obrigado a denunciar práticas como essa em suas redes de computadores.

TECNOLOGIA - O projeto de criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e sediada em Porto Alegre, foi aprovado pelo Plenário e enviado à sanção presidencial. De acordo com o PLC 94/08, a Ceitec se dedicará ao desenvolvimento de tecnologias nas áreas de semicondutores, microeletrônica e afins, mediante a produção e a comercialização desses dispositivos, a concessão de licenças ou de direitos de uso de marcas e patentes decorrentes de seus trabalhos.

DESBUROCRATIZAÇÃO - As empresas privadas poderão armazenar seus livros contábeis obrigatórios em meio magnético, conforme projeto (PLS 136/03) do ex-senador Paulo Octávio, aprovado pela CAE. O relator Francisco Dornelles (PP-RJ) fez algumas mudanças no texto original e lembrou que a proposta, que ainda vai a Plenário, reduzirá os custos de impressão e armazenamento de dados, além de facilitar a atividade de fiscalização por parte do Estado, em razão de melhorias na organização, verificação, confrontação e análise das informações.

LEI ELEITORAL CCJ aprova proposta que impede condenados de se candidatarem. Texto inova ao determinar que político ameaçado de perda de mandato que renunciar também deve ficar impedido de disputar eleições num prazo superior a oito anos

Candidatos com ficha suja mais longe dos palanques

O fim da exigência de condenações transitadas em julgado – às quais não cabe mais recurso – para que o candidato se torne inelegível, bastando uma condenação em primeira instância, é a principal mudança contida no substitutivo a 21 projetos que tratam de situações de inelegibilidade, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na semana passada.

O texto do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), traz várias outras alterações na Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades), mas não terá efeito legal sobre as eleições municipais de outubro, pois ainda depende de aprovação no Plenário (o que não ocorrerá antes de agosto) e do aval dos deputados.

O texto – baseado no PLS 390/05, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) – estabelece ainda que os tribunais darão “absoluta prioridade” na análise de recursos e, se o processo correr na Justiça Eleitoral, que a apelação vá diretamente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se prazos não forem cumpridos. Demostenes explica que as chicanas jurídicas no Direito brasileiro permitem que, com medidas protelatórias, crimes praticados por políticos prescrevam antes da condenação final.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o substitutivo atende ao espírito de projeto que apresentou proibindo registro para candidatos com ficha suja e de outra proposta que estabelece prioridade para processos em que o réu é candidato.

Entre as novidades, o projeto determina que não poderão ser candidatos ocupantes de cargos executivos e legislativos que renunciarem a seus mandatos após a apresentação de representação formal ou de requerimento que possa acarretar a perda de seus mandatos. A inelegibilidade valerá por oito anos, a contar do término dos

mandatos aos quais renunciarem.

Outra inovação do substitutivo é exigir que ocupantes de cargos executivos e seus vices que concorram à reeleição se licenciem do mandato pelo menos quatro meses antes do pleito.

Pelo texto da CCJ, ficam inelegíveis por oito anos, a partir da perda do mandato, senadores, deputados e vereadores condenados por quebra de decoro parlamentar ou que violarem proibições constitucionais.

Uma condenação pela Justiça Eleitoral em primeira instância, por abuso de poder econômico ou político, tornará o candidato inelegível para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado e para as que se realizarem nos seis anos seguintes. Hoje, isso só poderia ocorrer se contra ele não couber mais recurso à condenação.

Idêntica punição (sempre a partir da sentença inicial) poderá valer para condenados pela Justiça Eleitoral por uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou de autoridade e utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social. No texto em vigor, a inelegibilidade é de três anos e não há referência aos meios de comunicação social.

O substitutivo de Demostenes Torres acrescenta diversos itens à lista de crimes pelos quais uma condenação em primeira instância retira o direito do cidadão de concorrer a mandatos eletivos. Além dos já previstos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público e o mercado financeiro, tráfico de entorpecentes e crimes eleitorais, entram também os crimes hediondos (ou a eles equiparados), os com pena máxima não inferior a dez anos (em geral, crimes contra a vida) e os delitos de exploração sexual de crianças e adolescentes e de lavagem de dinheiro.

Líderes admitem que não há previsão para votação da proposta este ano

São remotas as possibilidades de o substitutivo da CCJ que muda a Lei das Inelegibilidades ser votado pelo Plenário do Senado ainda este ano. Na semana passada, os líderes partidários decidiram só discutir o assunto depois do recesso de julho. Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), é preciso aprofundar a discussão sobre o assunto.

– Ainda existem emendas a serem apresentadas, não há consenso. É preciso votar com tranquilidade uma matéria como essa – disse.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, defendia a votação antes do recesso, até porque sabe que, em ano eleitoral, será difícil reunir quórum e obter consenso. Para o senador, o consolo é que os tribunais eleitorais e o Tribunal de Contas da União (TCU) estão agindo para que nenhum candidato com ficha suja esteja tranqüilo, mesmo que a nova Lei das Inelegibilidades não possa ser aplicada nas próximas eleições.

– O TCU está distribuindo uma listagem de quem teve contas rejeitadas. Essas medidas possibilitam aos tribunais eleitorais que estes busquem a inelegibilidade de determinados candidatos.

Proposta também prevê licença do cargo para quem tenta reeleição

Presidente do Senado defendia a aprovação da nova Lei das Inelegibilidades antes do recesso, mas foi voto vencido



Ao lado do presidente da CCJ, Marco Maciel, o relator, Demostenes Torres (D), apoiou agilidade em julgamentos de candidatos...



... e contou com o voto favorável dos colegas de CCJ. Medida, porém, não vai valer para eleições municipais de outubro

Raízes do imbróglio estão na própria legislação

Toda a polêmica política e jurídica em torno da inelegibilidade das pessoas envolvidas em processos judiciais é resultado das diferentes formas com que a questão foi abordada, recentemente, pela legislação brasileira: a Constituição federal, a lei específica sobre o tema e a Emenda Constitucional 4, de junho de 1994.

A Constituição de 1988 estabelece a premissa do direito à ampla defesa e a garantia individual de que ninguém pode ser considerado culpado até a última instância do processo (a chamada “sentença transitada em julgado”, sem possibilidade de recurso).

Veio então a emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional em



Desde a Constituição de 1988 tema foi abordado de maneira vaga ou incompleta

1994, que modificou o texto do parágrafo 9º do artigo 14, acrescentando as expressões “a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato”, após a afirmação de que uma lei complementar deveria estabe-

lecer outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação. Ou seja, a emenda passou a bola para uma lei complementar resolver a questão.

O problema é que tal lei já existia e estava em vigor há quatro anos. Porém, na Lei Complementar 64, de maio de 1990, não há nada que impeça a candidatura de políticos condenados em decisões passíveis de recurso. Ao contrário, a lei veda candidaturas, para qualquer cargo, somente daqueles que tenham sido condenados em sentenças definitivas.

A lei lista, entre outros casos, condenações pela Justiça Eleitoral por abuso do poder econômico ou político; criminalmente, por crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais; ou, uma terceira hipótese, os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável.

Divulgação de listas com “nomes sujos” divide ministros

Após o recesso de julho, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se a Justiça Eleitoral irá barrar o registro de candidatos – já no pleito de outubro – que respondem a processo judicial, mas ainda não foram condenados.

Favoráveis à moralização da política, os ministros evidentemente são. A polêmica gira em torno justamente da condição de condenado, ou apenas processado, do eventual candidato.

O presidente do STF, Gilmar Mendes, já se mostrou contrário à divulgação de listas de nomes de candidatos que respondam a processos judiciais. Segundo ele, cabe aos partidos

políticos “selecionar” quem pode concorrer às eleições e à imprensa tornar públicas tais informações, assumindo todos os ônus.

– Tenho medo de cometer graves injustiças. Aqui os senhores não me terão a favor disso – afirmou Gilmar Mendes.

Em entrevista recente, o presidente do TSE, Carlos Ayres Britto, defendeu que pessoas com problemas na Justiça não consigam registro para disputar eleições. No TSE, já deu voto favorável à tese. Para ele, isso não fere o princípio legal da presunção da inocência.

– Há um direito constitucionalmente assegurado, que é a presunção de não culpabilidade

enquanto não haja sentença penal condenatória definitiva. Mas é em matéria penal. Em matéria eleitoral, vale é a idéia de limpeza ética. Quem não tem o passado limpo, quem não tem vida pregressa pautada na ética, não tem qualificação para representar o povo.

No mês passado, o ministro reuniu no TSE os presidentes de partidos políticos para, entre outros assuntos, pedir “cuidado” na escolha de seus representantes na disputa deste ano para os cargos de prefeito e vereador.

– O que se procura é o conjunto da obra, a biografia do candidato e seu histórico de vida para que o eleitor se manifeste – afirmou.

O que pensam as entidades

OAB

Para a Ordem dos Advogados do Brasil, a lei deve impedir que políticos condenados em primeira instância ou que renunciaram ao mandato para evitar cassação venham a se candidatar a qualquer cargo. A idéia é permitir o afastamento do eleito que tenha sido condenado em primeira ou única instância e dos que tenham recebido denúncias do órgão judicial cotejado. Esses serão impedidos de serem empossados.

– A OAB defende que a garantia de ampla defesa para o acusado será salvaguardada, para evitar que vítimas de falsas acusações sejam condenadas – diz o presidente da ordem, Cezar Britto.

AMB

A Associação dos Magistrados do Brasil entrou com uma ação (cujo nome oficial é “arguição de descumprimento de preceito fundamental”) para que o Supremo Tribunal Federal declare não ser necessária a existência da condenação definitiva para que o juiz considere a vida pregressa de determinado político incompatível com a moralidade exigida pelo cargo em disputa e, assim, negue registro de sua candidatura.

– O Judiciário tem que estar a serviço daquele que se comporta com ética e moralidade e não daqueles que se utilizam de uma legislação que peca pelo excesso de recursos e de formalismos, para se proteger de consequências pelos delitos praticados ao longo do mandato

– afirmou à Agência Brasil o presidente da AMB, Mozart Valadares.

CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao lado da OAB, participa da coleta de 1,5 milhão de assinaturas para reivindicar ao Congresso Nacional a aprovação de legislação tornando inelegíveis políticos condenados por corrupção.

– O que se pretende é que fiquem inelegíveis os candidatos que já estejam condenados em primeira instância e os que tenham cometido atos de corrupção durante o exercício de seus mandatos – afirmou dom Dimas Lara Barbosa, secretário-geral da CNBB.

Francês que desviou dinheiro público volta à cena política

Um estudo de cinco anos do Instituto de Estudos Políticos de Paris revelou que os políticos embaraçados com a Justiça não têm muito que temer naquele país. Pelo menos no que diz respeito ao julgamento por parte do eleitorado. Segundo o trabalho coordenado pelo Centro de Pesquisas Políticas da instituição, nem mesmo uma condenação judicial por corrupção é empecilho para uma carreira política – em alguns casos, pode até ajudar.

A pesquisa analisou vários exemplos de políticos condenados que foram recentemente reeleitos. O mais célebre é Alain Juppé, ex-membro do Parlamento, ex-prefeito de Bordeaux e ex-primeiro-ministro (1995-97). Condenado em 2004 por desviar dinheiro dos contribuintes para pagar funcionários do partido, Juppé recebeu uma primeira sentença bastante dura: 14 meses de prisão (com direito a fiança) e dez anos de inelegibilidade. Mas a punição

política, mais tarde, foi reduzida, após recurso, para 12 meses.

Em 2006, voltou à cena política anunciando o desejo de reaver a prefeitura de Bordeaux. Como as eleições municipais só estavam previstas para 2008, um terço da Câmara de Vereadores (formado por membros do partido de Juppé, aliás o mesmo do atual presidente Nicolas Sarkozy) renunciou, forçando a realização de um pleito emergencial. Juppé elegeu-se com uma folgada maioria de 56%, no primeiro turno.

Há um ano, já exercendo o cargo de ministro do Meio Ambiente e Energia e com o *status* de número dois do gabinete de François Fillon, tentou eleger-se ao Parlamento, perdendo por uma estreitíssima margem (49% a 51%) para um concorrente socialista. Renunciou ao posto federal, mas continua firme na prefeitura, para onde foi reeleito (novamente em primeiro turno) há apenas quatro meses.

Condenado por terrorismo foi eleito no Reino Unido

Nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França, todos os cidadãos com processos judiciais também podem ser candidatos desde que, como no Brasil, não tenham sido condenados. Prevalece, nesses casos, o princípio de que um acusado é inocente até prova em contrário. É o que os juristas chamam de “presunção da inocência”, direito consagrado na atual legislação brasileira.

Mas, se a Constituição brasileira veda aos condenados o exercício dos direitos políticos (preso não vota e nem pode ser votado), na mais do que centenária democracia inglesa as liberdades são quase ilimitadas. É famoso o caso de Robert (Bobby) Sands, militante do Exército Republicano Irlandês (IRA), que mesmo preso e condenado por atos terroristas acabou expressivamente votado e eleito, em 9 de abril de 1981, para uma cadeira no Parlamento britânico.

Sands não chegou a assumir o mandato porque iniciou uma greve de fome que o levou à morte, em 5 de maio daquele mesmo ano.



Ativista do Exército Republicano Irlandês (IRA) preso por terrorismo, Bobby Sands foi eleito deputado

PLENÁRIO

Autorizado aumento da área de uso rural na Amazônia

Área que pode ser concedida pela União para uso rural na Amazônia Legal, sem licitação, foi aumentada de 500 hectares para 15 módulos fiscais por medida provisória (MP 422/08) aprovada pelo Senado com modificações e enviada à sanção. O módulo fiscal é estabelecido para cada município e procura refletir a área mediana dos imóveis rurais daquela região. Em algumas localidades, o módulo chega a 100 hectares. Nesses casos, a área passível de regularização será ampliada de 500 para 1.500 hectares.

O texto final (PLV 16/08) recebeu 37 votos favoráveis, 23

contrários e três abstenções.

O Executivo sustenta que a prevenção, o monitoramento e o controle do desmatamento na Amazônia justificam a MP, pois esta, a um só tempo, coíbe e combate a grilagem de terras públicas e ainda regulariza situações que estejam dentro da legalidade e sustentabilidade.

Os argumentos foram questionados por Marina Silva (PT-AC). Ela disse que a medida pode promover a privatização de florestas públicas e a regularização de terras griladas. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), para quem a dimensão de 1.500 hectares não é o padrão das pequenas pro-

priedades da Amazônia, também criticou o projeto.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que, por sua complexidade, o assunto deveria ter sido discutido por meio de projeto de lei. A mesma posição foi defendida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jefferson Praia (PDT-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Flávio Arns (PT-PR).

Por sua vez, João Pedro (PT-AM) afirmou que as terras de Roraima são basicamente constituídas por cerrado e que a realidade daquele estado não poderia ser estendida a toda a Amazônia. Para Marconi Perillo (PSDB-GO),

a medida beneficia o governo em ano eleitoral e a ocupação irregular de terras.

O projeto recebeu vários apoios. Para João Ribeiro (PR-TO), ele resolve o problema da grilagem na Amazônia.

Já na opinião de Jayme Campos (DEM-MT) e Valdir Raupp (PMDB-RO), a iniciativa vai favorecer a regularização pacífica das terras. Para Expedito Júnior (PR-RO) e Gilberto Goellner (DEM-MT), a proposta ajuda a reduzir o desmatamento. A mesma opinião foi defendida por Valter Pereira (PMDB-MS), que também reconheceu a procedência da pre-ocupação de Marina Silva.



Projeto sobre concessão de terras foi alvo de intensa discussão no Plenário, onde Marina Silva (foto menor) sugeriu que se excluíssem da medida as áreas do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

GERALDO MAGELA

MOREIRA MARIZ

AUTORIDADES - As indicações da Presidência da República de três novos membros para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do novo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foram aprovadas pelo Plenário na terça-feira.

Bernardo José Figueiredo deve exercer o cargo de diretor-geral da ANTT. Já os aprovados para conselheiros do Cade são Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, Olavo Zago Chinaglia e Vinícius Marques.

JUSTIÇA - Emenda de Plenário apresentada para evitar descontinuidade na composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi aprovada pela Comissão de Justiça (CCJ). A modificação - sugerida pelo presidente Garibaldi Alves e outros senadores à proposta de emenda à Constituição (PEC 22/06) - permite que os ministros permaneçam no conselho até o final do mandato de dois anos, mesmo que atinjam a idade limite de 66 anos nesse período.

ADVOCACIA - Os artigos do Estatuto da Advocacia que tratam da preservação dos escritórios de advogados investigados foram modificados por projeto (PLC 36/06) do deputado Michel Temer (PMDB-SP), aprovado na quarta-feira pelo Senado e enviado à sanção presidencial. O objetivo é impedir que profissionais do Direito invoquem o sigilo profissional, assim como a inviolabilidade dele decorrente, como escudo protetor.

OFICIAIS - Os novos candidatos a oficiais de Justiça, estaduais e federais, deverão ter curso superior de Direito. Aos atuais servidores, no entanto, não será exigido o diploma. As possíveis vantagens que vierem a ser oferecidas aos novos oficiais serão estendidas a quem já é funcionário. Essas medidas constam de projeto (PLC 107/07) aprovado pelo Plenário e enviado à sanção do presidente da República.

DEFENSORIA - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 7/08) que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do DF. Conforme explica o autor, Gim Argello (PTB-DF), o DF vem assumindo tal responsabilidade desde 1987, quando da criação do Centro de Assistência Jurídica, órgão distrital responsável pela defensoria pública.

Lei Geral para estimular o turismo

O projeto que estabelece a Política Nacional de Turismo foi aprovado na quarta-feira pelo Plenário do Senado, após ter sido examinado no mesmo dia pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta (PLC 114/08), conhecida como Lei Geral do Turismo, consolida a legislação vigente sobre as atividades realizadas no setor e define as atribuições do governo federal nas ações de desenvolvimento e estímulo.

De acordo com o texto, estão entre os objetivos da Política Nacional de Turismo a descentralização das rotas turísticas, a diversificação das linhas de financiamento direcionadas

ao setor e a capacitação dos recursos humanos que atuam na área.

A única emenda admitida pelo relator, senador Adelmir Santana (DEM-DF), reduz para R\$ 1 milhão a penalidade máxima a ser aplicada aos prestadores de serviços que deixarem de observar as novas normas.

Adelmir Santana ressaltou que os mecanismos previstos no projeto são essenciais para o fortalecimento do turismo no Brasil, como a criação do Sistema Nacional de Turismo, que será composto por representações de órgãos federais, estaduais e municipais

responsáveis pelas atividades turísticas no país.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) também manifestou seu apoio à matéria, enfatizando que a proposta foi construída com base em ampla discussão com os segmentos envolvidos. Aloizio Marcadante (PT-SP) destacou a importância do setor para a economia do país, enquanto Serys Shhessarenko (PT-MT) lembrou a prioridade conferida ao setor pelo governo do presidente Lula. Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apontou a necessidade de investimentos em infra-estrutura como condição para o avanço do turismo no país.

Projeto define atividades dos agentes de viagem

Projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as atividades das agências de turismo foi aprovado pelo Senado, com emendas. A iniciativa (PLC 22/03) define as atividades privativas das agências de turismo, entre elas a venda comissionada ou intermediação remunerada na comercialização de passagens, passeios, viagens e excursões.

Também é considerado privativo o assessoramento, o

planejamento e a organização de atividades associadas à execução de viagens turísticas ou excursões; organização de programas, serviços, roteiros e itinerários de viagens individuais ou em grupo; e organização de programas e serviços relativos a viagens educacionais ou culturais, bem como a intermediação remunerada na sua execução e comercialização.

As agências de turismo pode-

rão obter e legalizar documentos para viajantes; organizar transporte turístico de superfície; desembaraçar bagagens nas viagens e excursões de seus clientes; intermediar serviços de carga aérea e terrestre, na reserva e contratação de hospedagem, locação de veículos e reserva e venda de ingressos para espetáculos; e realizar operação de câmbio manual. O projeto retorna à Câmara.

Senadores vêm deterioração em santa casa

A comissão de senadores que visitou a Santa Casa de Misericórdia de Belém na última quinta-feira comprovou todas as denúncias feitas pelos funcionários da instituição e também pelo Conselho Regional de Medicina (CRM), pelo Sindicato dos Médicos e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), informou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que integrou o grupo. A visita dos senadores foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais, em razão do grande número de recém-nascidos mortos naquele hospital - só no mês de junho morreram 54 bebês.

Flexa Ribeiro confirmou a desativação de vários serviços prestados pela santa casa. Ele também criticou a substituição brusca de mais de 60 técnicos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - um dos fatores que, para ele, motivou a tragédia, devido à falta de experiência dos que assumiram.

A comissão de senadores foi integrada também por Papaléo Paes (PSDB-AP), Augusto Botelho (PT-RR), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Nery (PSOL-PA).

COMISSÕES

Rádios clandestinas ameaçam a aviação

As transmissões clandestinas atrapalham o controle de voo em aeroportos no país, especialmente em São Paulo e Foz do Iguaçu (PR), concordaram as autoridades que, na quarta-feira, participaram de debate sobre interferências de rádios clandestinas no controle de tráfego aéreo brasileiro, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

O chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo, coronel-aviador Jeferson Ghisi Costa, confirmou que existem interferências de rádio que atrapalham a comunicação entre pilotos e controladores em aero-

portos brasileiros. Até junho de 2008, a Aeronáutica vem registrando entre 60 e 90 ocorrências mensais. Ghisi Costa reproduziu algumas gravações em que a conversa entre pilotos e controladores de voo foi interrompida por rádios clandestinas.

O presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (Aerp), Cezar Telles, narrou problemas na região de fronteira causados por rádios piratas instaladas nos países vizinhos que interferem no aeroporto local. Segundo Telles, a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) vem coibindo o surgimento de novas rádios irregulares, mas muitos

brasileiros se aproveitam da falta de fiscalização nos outros países e instalam rádios piratas, em sua maioria evangélicas, em terras estrangeiras.

O gerente-geral de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel, José Joaquim de Oliveira, garantiu que as interferências diminuíram neste ano. Ele destacou que também há problemas causados por rádios regulamentadas, só que, nesse caso, é mais fácil combater a interferência. Oliveira informou ainda que telefones sem fio de longa distância, não homologados no país, mas usados por fazendeiros que importam o equipamento, vêm produzindo interferências.



Elnio Borges (E) participa de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, ao lado de Marconi Perillo

Venda da Varig foi uma fraude, diz comandante

O presidente da Associação dos Pilotos da Varig, comandante Elnio Borges Malheiros, classificou de "fraude" a venda, em 2006, da companhia aérea para a VarigLog (empresa de logística e transporte de cargas).

Segundo o comandante, que participou de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), os três brasileiros eram apenas testas-de-ferro do fundo, reunidos na Volo do Brasil. Para ele, tratou-se da "entrega graciosa" de uma empresa brasileira a um grupo estrangeiro, "o que é ilegal".

Malheiros qualificou ainda de "calote" o não-pagamento de direitos trabalhistas, incluindo indenizações e salários, aos ex-funcionários da empresa. Disse que, de um total de 10.500

empregados, apenas 850 foram aproveitados pela chamada nova Varig – a VRG –, controlada pela empresa aérea Gol.

O comandante também estranhou não ter havido, por parte do governo federal, apoio para que os funcionários da Varig, em conjunto com a Lan Chile, pudessem adquirir a empresa.

Instado pelo líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), o comandante classificou de "infelizes" as intervenções do governo no processo de compra e venda da Varig e da VarigLog.

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), leu cartas enviadas por ex-servidores, aposentados, pensionistas e funcionários demitidos da Varig que protestam contra o modo como foi feita a venda da empresa.



Wellington Salgado (C) preside debate na Comissão de Ciência e Tecnologia

Senadores e especialistas defendem mais rigor contra transmissões ilegais

O gerente regional da Anatel em São Paulo, Everaldo Gomes Ferreira, defendeu mudanças na legislação, de forma que a pena para quem faz transmissões clandestinas de rádio seja agravada quando causar interferência na aviação.

Valter Pereira (PMDB-MS), um dos senadores que solicitaram a audiência, apoiou as propostas.

– Não podemos esperar um acidente acontecer para depois legislar – advertiu.

O especialista da Anatel contou ainda que a maior parte das rádios clandestinas fechadas pela Anatel é "várias vezes reincidente" e que elas, em sua maioria,

são ligadas a "falsos pastores", que se aproveitam do fato de igrejas serem isentas de impostos para "lavar dinheiro".

O presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), e Gim Argello (PTB-DF) chegaram a sugerir a criação de uma comissão de inquérito para investigar a situação.

O assessor técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Ronald Siqueira, destacou que o sistema de comunicação da Aeronáutica funciona ao lado do sistema de rádio FM. Por isso, esclareceu, acontecem interferências.

O pesquisador em Telecomu-

nicções Marcus Aurélio Ribeiro Manhães sugeriu que a Anatel tenha mais poder sobre as transmissões das emissoras. Já a advogada Regiane Coimbra Muniz de Góes Cavalcanti, representante das emissoras legais, informou que há rádios com outorga que burlam as leis. O presidente da Rede Brasil de Televisão, Marcos Tolentino, denunciou que uma antena da TV Shoptour estaria causando interferências em outras emissoras de São Paulo.

Também participou do debate o gerente-geral de Administração de Planos e Autorização de Serviço de Comunicação de Massa da Anatel, Yapur Marotta.

O potencial da criação de ovelhas e cabras

O Brasil tem um potencial muito grande na área de ovino-caprinos, mas é preciso desenvolvê-lo com ações concretas. A opinião é de Francisco Edilson Maia, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), um dos expositores da audiência pública realizada quinta-feira na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Entre os entraves ao desenvolvimento do setor, Costa citou a

falta de mão-de-obra capacitada, o alto grau de informalidade no abate, a competitividade em relação aos importados, o endividamento e inadimplência dos produtores e a escassez e fragmentação de informações de mercado.

Já o coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do Sebrae, Ênio Souza, defendeu a caprinocultura leiteira como estratégica para o desenvolvimento rural. No mesmo sentido, Paulo Afonso

Schwab, presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco), destacou a importância do debate para fortalecer a organização do setor.

Os senadores que participaram da audiência – como o presidente da CRA, Neuto de Conto (PMDB-SC), João Tenório (PSDB-AL), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) – afirmaram que vão trabalhar para aprimorar a legislação do setor.



Neuto de Conto (D) acompanha o depoimento de Guilherme Cassel à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Para o Incra, assentamentos reduziram o desmatamento

Os assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não são os responsáveis pelo desmatamento na Amazônia. Ao contrário, eles foram responsáveis por 54% da redução dos desmatamentos registrada nos últimos anos na região, declarou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O senador Expedito Júnior (PR-RO), que propôs a audiência pública com o ministro, afirmou que mais de 90% dos madeireiros de Rondônia trabalham de forma legal.

Em resposta a Expedito Júnior, Augusto Botelho (PT-RR), Gilberto Goellner (DEM-MT), Jayme Campos (DEM-MT), João Pedro (PT-AM) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Cassel disse que a questão da regularização fundiária não é responsabilidade apenas do In-

cra. Segundo o ministro, apenas 7% dos ocupantes das terras apareceram com os documentos para a regularização.

Cassel concordou com propostas de Expedito Júnior, Goellner e Jayme Campos no sentido de que os estados participem com o Incra do trabalho da regularização fundiária.

João Pedro também manifestou preocupação com a regularização fundiária, já que os bancos públicos não financiam projetos em terras que não estejam regulamentadas.

O presidente da comissão, Neuto de Conto (PMDB-SC), e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestaram preocupação com respeito às críticas internacionais à produção de biocombustíveis.

Para aproveitar melhor o potencial da agricultura brasileira, Mesquita Júnior defendeu a instituição de um corpo de agentes comunitários rurais.

PLENÁRIO

Valter condena investigação no STF

Causou indignação a Valter Pereira (PMDB-MS) a notícia de que o gabinete do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, estaria sendo monitorado pela Polícia Federal a pedido do juiz Fausto Martin de Sanctis. O senador considerou o fato uma “bisbilhotagem da vida alheia”.

– Se o presidente da Corte Suprema está sujeito a bisbilhotagem e, neste caso específico, determinado até por um juízo singular, de primeiro grau, imagine só a que grau de exposição estão os cidadãos mais simples – disse.

O juiz Sanctis é o mesmo que determinou a prisão do banqueiro Daniel Dantas, do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e do megaespeculador Naji Nahas (veja box abaixo).

Valter afirmou reconhecer que a lei confere ao magistrado a competência para quebrar sigi-



Valter lamenta “monitoramento” do gabinete do ministro Gilmar Mendes

los, mas acredita ser essa uma medida que exige “certo comedimento” e que deve ser observado o objetivo específico do juiz ao decretá-la na apuração de crimes, diante de “indícios fortes”.

– O ministro Gilmar estava sendo investigado por algum magistrado sobre algum tipo de crime?

Havia evidências contra ele de prática de alguma infração grave? – questionou.

O senador destacou não querer discutir “o mérito do juiz Sanctis quanto às investigações que ele está promovendo e que merecem os aplausos da sociedade”.

– O que me preocupa é essa subversão da ordem legal que está ocorrendo em nosso país, principalmente quando enxergo que muitas das ações que ocorrem, tanto pelas organizações policiais como por certos representantes do Ministério Público, por certos representantes do Poder Judiciário, são a busca do holofote – disse.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que “ninguém levantou dúvidas sobre algarar pobres presos roubando um pão”. Mesmo assim, disse contrário à realização de trabalhos policiais sob os holofotes da televisão. Já Heráclito Fortes (DEM-PI) posicionou-se contra o que chamou de “banalização da escuta telefônica no Brasil”.

Operação Satiagraha prendeu Dantas, Nahas e Pitta

A operação da Polícia Federal que levou à prisão de Daniel Dantas, dono do banco Opportunity, Naji Nahas, megainvestidor financeiro, e Celso Pitta, ex-prefeito de São Paulo, foi deflagrada na última terça-feira.

O objetivo da Operação Satiagraha foi desmontar esquema de desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro.

Ao todo, cerca de 300 policiais cumpriram 24 mandados de prisão e 56 de busca e apreensão em

São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. O processo teve início há quatro anos como desdobramento do caso mensalão.

Para a PF, Dantas comanda uma grande organização criminosa para desviar verbas públicas por meio de empresas de fachada. A investigação descobriu então um segundo grupo, formado por empresários e doleiros, responsável por “lavagem” de dinheiro. Além de fraudes no mercado de capitais baseadas em informa-

ções privilegiadas, a organização atuava no mercado paralelo de moedas estrangeiras.

Na quinta-feira, o presidente do STF, Gilmar Mendes, concedeu *habeas corpus* a Daniel Dantas e a outros oito acusados, que deixaram a PF. Horas depois, o juiz Fausto de Sanctis decretou nova prisão, e Dantas voltou à carceragem. No dia seguinte, Dantas foi novamente libertado. Nahas, Pitta e oito envolvidos também conseguiram *habeas corpus*.

Operação da Polícia Federal gera polêmica entre senadores

A Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal, rendeu muita polêmica no Plenário. A maioria dos senadores apoiou a ação, mas condenou o que chamaram de “espetacularização” das detenções, com a presença de uma emissora de televisão e o uso de algemas.

A crítica partiu do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, com o qual concordaram os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Francisco Dornelles (PP-RJ), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Tião Viana (PT-AC), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e o presidente da Casa, Garibaldi Alves.

A controvérsia foi gerada após Pedro Simon (PMDB-RS),

em defesa da operação, ressaltar que “só o povão conhece a cadeia” e lamentar que Arthur Virgílio criticasse a medida. Conforme Simon, não se costuma ouvir reclamações quando a polícia entra na favela e algema pessoas. Em resposta, Virgílio assinalou que não estava defendendo os “tubarões” presos.

– Sou contra prisão arbitrária de pobre e de rico. Sou contra agressão ao estado de direito.

Heráclito Fortes (DEM-PI), por sua vez, disse estar cansado de ser taxado de amigo de Daniel Dantas. O senador afirmou que tem uma amizade antiga com a sua irmã, Verônica Dantas, e o seu concunhado.

– Mas, a partir de hoje, já vi que não tem jeito, vou assumir o título de amigo do senhor Daniel Dantas – ironizou.



Simon lamenta críticas de parlamentares e diz que “só o povão conhece a cadeia”



“Sou contra prisão arbitrária. Sou contra agressão ao estado de direito”, afirma Virgílio

HOMENAGEM

Parlamentares celebram centenário de Djalma Marinho

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, discursou na sessão solene realizada pela Câmara, na última segunda-feira, para celebrar o centenário do ex-deputado potiguar Djalma Marinho. Na ocasião, Garibaldi defendeu um Parlamento independente, “como o homenageado sempre pregou”.

– Ninguém pode conceber um Parlamento com Djalma Marinho tendo a enxurrada de medidas provisórias que temos hoje.

Garibaldi afirmou que falava na qualidade de quem não era próximo nem correligionário do ex-deputado, mas pertencente a uma família adversária. Por isso mesmo, queria testemunhar as qualidades do homenageado.

Os senadores Eptácio Cafeteira (PTB-MA), José Agripino (DEM-RN) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) também participaram da homenagem. Djalma Marinho foi sete vezes depu-

tado federal, e ficou famoso por ter se recusado, em 1968, a cumprir decisão do governo militar de abrir processo de cassação contra o então deputado Márcio Moreira Alves. “Ao rei tudo, menos a honra”, foi a frase do dramaturgo e poeta

espanhol Pedro Calderón de La Barca, utilizada por Marinho ao se recusar, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a instaurar o processo.

Os senadores lembraram que o ex-deputado não concordava com as idéias de Márcio Moreira Alves, mas o defendeu por considerar que o parlamentar exercia o direito de expressar suas idéias políticas.

Os parlamentares observaram ainda que Marinho já era conhecido por ter sido advogado de 500 presos políticos, logo após a Intentona Comunista, iniciada em Natal em 1935.

Serys relata sua participação em fórum do G8+5

Serys Shessarenko (PT-MT) informou que participou, no final de junho, do Fórum Internacional de Parlamentares do G8+5, em Tóquio (Japão), no qual foi elaborado o documento sobre mudanças climáticas que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir de 2012.

Tal documento foi apresentado pelo primeiro-ministro japonês, Yasuo Fukuda, na reunião do G8 realizada semana passada em Hokkaido, também no Japão.

A senadora ressaltou que Barack Obama e John McCain, candidatos à presidência dos Estados Unidos, participaram do fórum por meio de videoconferência. Biocombustíveis, desmatamento e comércio de carbono foram alguns dos temas abordados na reunião. Também estiveram no fórum o senador Renato Casagrande (PSB-ES) e o deputado Antonio Palocci (PT-SP).

Serys ainda pediu a ampliação da malha rodoviária federal de Mato Grosso, utilizada para escoar a produção do estado.

Heráclito espera lições positivas a Lula no Vietnã

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse esperar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva traga lições positivas para o Brasil após a viagem ao Vietnã, especialmente quanto à austeridade administrativa no setor público.

– Encaro como pedagógica a viagem de Lula ao Vietnã e torço para que ele aplique no restante de seu governo exemplos de combate à corrupção e austeridade no setor público, como é feito naquele país – aconselhou Heráclito.

O senador informou que, na condição de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), já visitou o Vietnã e ficou impressionado com o boom econômico do país que, observou, passa por um crescimento firme e sustentado. Heráclito declarou ainda que empresas do mundo inteiro estão abrindo negócios no Vietnã com total segurança, devido à existência de marcos regulatórios em quase todos os segmentos da economia.

Cristovam propõe debate sobre criação de cargos

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs que seja submetida a debate em Plenário a decisão da Comissão Diretora do Senado de criar novos cargos para os gabinetes dos senadores e das lideranças partidárias.

O parlamentar disse acreditar que a medida foi baseada em critérios técnicos, mas considerou a decisão como inoportuna no atual contexto.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou ter sido contrário à criação dos cargos. Ele relatou ter feito advertência sobre a inconveniência da medida, mas foi voto vencido.

O diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, informou que os cargos terão vencimentos de R\$ 9.979,24 e deverão contemplar os 81 gabinetes e cada uma das lideranças partidárias.

Segundo ele, a decisão tem o objetivo de compatibilizar as despesas de gabinetes com as da Câmara, que aumentou os valores recentemente. Agaciel testemunhou que Garibaldi sempre se posicionou contra a criação dos cargos.

Senadores lembram que o homenageado contrariou ditadura

Voz do Leitor

EDUCAÇÃO SUCATEADA

“O país está totalmente danificado e sucateado em se tratando da educação. Hoje, os professores estão mal remunerados, a tecnologia e a comunicação não chegam às escolas do interior, os estudantes não têm nenhum incentivo por parte do governo e as escolas estão precisando de reforma na sua parte física. As verbas repassadas para as escolas são pequenas e os professores não têm o mínimo de valor para o governo.”

Juber Marques Pacífico, de Cataguases (MG)

PRECONCEITO

“Acredito que o Senado precisa aprovar o PLC 122/06. A partir daí, as igrejas não poderão mais pregar contra o homossexualismo, não poderão mais abominar as religiões que divergem de suas doutrinas e terão que pensar muitas vezes no conteúdo dos sermões. As pessoas não podem ser julgadas ou discriminadas pelo que pensam ou gostam de fazer. Em tempos de união estável entre pessoas do mesmo sexo, e em que é até permitida a adoção de filhos, é inadmissível esse tipo de discriminação. No mundo moderno não cabe mais esse tipo de ideologia da marginalização. A cada dia damos mais um passo a caminho do total respeito à individualidade do cidadão. A não aprovação desse projeto seria um grande retrocesso.”

Higino Brito Vieira, de João Pessoa (PB)

TERRA INDÍGENA

“O que os índios precisam dizer, quando comentam a sua atitude aguerrida diante de empresas que querem fazer empreendimentos em

seus territórios, é que, além da terra ser originalmente deles, todos os gastos na construção de empreendimentos dos brancos não valem a pena, pois só servem para movimentação corrupta de dinheiro. Os índios caiapós dão aos brasileiros exemplos de honra e galhardia. Isso porque, ao contrário dos brancos, defendem sua terra como um povo, como uma nação. Sentir-se povo e sentir-se nação é ter vergonha na cara!”

Lincoln Hóltz, de Manaus (AM)

“CONTRIBUIÇÕES”

“Imposto mudou de nome, agora chama-se contribuição. Imposto não pode, mas contribuição sim!”

Antonio Agrella, de São Paulo (SP)

NATUREZA AMEAÇADA

“Manifesto minha profunda tristeza diante da covardia daqueles que promovem a morte das florestas brasileiras. Sou um cidadão que fala em nome da nossa natureza ameaçada.”

José Newton de Aguiar, de São João da Chapada (MG)

TERCEIRIZADOS

“No Brasil, surgiu um homem inteligente, competente, corajoso, que foi membro desta honrada Casa. Estou falando de Fernando Henrique Cardoso, que implantou o Plano Real, acabou com a inflação e modernizou o país com as privatizações, preparando-o para que o Lula pudesse governar. Agora espero que apareça outro homem corajoso o suficiente para acabar com as empresas terceirizadas, principalmente as que atuam na área de segurança.”

Manuel Carlos Vieira da Silva, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

O Senado instalou na semana passada a comissão de juristas destinada a analisar o Código de Processo Penal. Idealizado pelo senador Renato Casagrande (4º à esq.), o grupo apresentará sugestões para modernizar o código, que é de 1941. Depois de elaborado o anteprojeto, será constituída uma comissão de senadores para examinar o texto, que deverá ser transformado em projeto de lei



JANE ARAÚJO

Pergunte ao senador

DROGAS

Jailson Moura da Silva, de Surubim (PE)

“O governo tem algum programa para o problema das drogas?”

O senador Augusto Botelho (PT-RR) responde:



O combate às drogas passa pela revisão dos valores da própria família, pelo aprofundamento do diálogo entre pais e filhos, pelo exemplo e pela orientação. Na esfera de governo, trata-se de problema muito complexo e difícil de ser enfrentado, por isso, o ideal é investir maciçamente em prevenção. O nosso ex-senador Jefferson Péres sempre defendia a legalização das drogas em todo o mundo, argumentando que assim ela deixaria de ser um negócio que se alimenta cada vez mais do grande contingente de jovens atraídos para o vício. Na verdade, a idéia é um sonho, difícil de ser concretizado. Quem sabe no futuro possamos pensar algo assim? Acredito que o governo deveria investir mais em educação e trabalho para todos, além de tornar mais rigoroso o combate aos traficantes e à entrada de drogas no Brasil. Trata-se de um desafio, diante da grande extensão de nossa fronteira. É necessário destinar mais recursos a este trabalho e ainda aperfeiçoar a nossa legislação.

Agora é lei

Filosofia e Sociologia no ensino médio

Trinta e sete anos depois de excluídas dos currículos escolares pelo regime militar, as disciplinas Filosofia e Sociologia voltaram a ser obrigatórias para os três anos do ensino médio, nas escolas públicas e particulares, por força da Lei 11.684/08.

Em 2001, o Congresso Nacional já havia aprovado a volta das duas matérias, mas o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o dispositivo. Em 2006, o Conselho Nacional de Educação baixou resolução que tornava obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia nas escolas de ensino médio e concedeu prazo de um ano para as redes estaduais se adaptarem, mas não determinou a inclusão das matérias no currículo das três séries do ensino médio, como prevê a nova lei, que determina inclusão imediata.

De acordo com o Ministério da Educação, até o momento não foi definido prazo para as secretarias estaduais, responsáveis pela grade curricular do ensino médio, se adequarem, nem estimativa do número de professores a serem contratados, assim como do impacto financeiro que a nova lei produzirá.

A Lei 11.684/08 altera o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996, e foi primeiro aprovada na Câmara dos Deputados, onde o projeto começou a tramitar em 2003. No Senado, o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), lembrou que a luta pela volta das duas disciplinas ao ensino médio começou logo depois que elas foram substituídas pelas matérias Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. Os professores que lideraram o movimento, observou o senador, consideravam o estudo de Filosofia e Sociologia “indispensável para a formação integral de nossos jovens”.

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, Tom Dwyer, a volta das duas disciplinas é a vitória de um movimento de quase três décadas promovido por diversas áreas da educação e da cultura. Mesmo considerando ser este um momento especial, Dwyer disse que a implantação das disciplinas nos currículos do ensino médio deve acontecer de forma gradativa, para garantir a qualidade e respeitar a situação de cada rede estadual e a oferta de professores.

Frases

“O presidente Lula definiu que vamos enfrentar a crise com produção, e não com recessão. Vamos aproveitar a crise para dar um passo à frente”

Ideli Salvatti, dizendo que o governo teme um “discurso de pânico” diante da inflação.

“Quem ganha salário mínimo, gasta tudo o que ganha com comida, aluguel, água e luz, que é o que está subindo. A inflação está indo na testa do pobre, está consumindo tudo o que ele ganha”

José Agripino, para quem a alta de preços atinge principalmente os mais pobres.

“Que prendam todos os corruptos e condenem a mil anos os ladrões do dinheiro público e os corruptos do colarinho-branco. Agora, fazer show para exacerbar o poder de uma polícia de um estado, não podemos aceitar”

Tião Viana, sobre ação da Polícia Federal que levou à prisão acusados de corrupção.

“Mas que pobre-diabo sou eu, que estou há 20 anos no Senado e não posso mais falar?”

Pedro Simon, após receber críticas de Arthur Virgílio, que por sua vez reagiu à acusação de defender “tubarões” presos pela Polícia Federal.

“O habeas corpus [do banqueiro Daniel Dantas] passa a idéia de impunidade e proteção dos poderosos. A decisão foi técnica, mas temos que modernizar a legislação. Uma decisão como essa não pode ser monocrática, o plenário do Supremo deveria ser ouvido”

Alvaro Dias, ao afirmar que a decisão do Supremo Tribunal Federal de liberar Dantas confirma o conceito difundido na população de que “só pobre vai para a cadeia”.

“Me manifestei contrariamente à decisão [de criar novos cargos comissionados], mas fui voto vencido”

Garibaldi Alves, para quem os integrantes da Mesa do Senado que defenderam a iniciativa precisam assumir sua responsabilidade.

Marcos Terena conta sua luta pelos direitos indígenas

Marcos Terena, uma das lideranças indígenas mais antigas do país, é o convidado do programa *Salão Nobre*, que a TV Senado leva ao ar nesta sexta-feira, às 7h. Ele conversa sobre sua vida e sua luta pelos direitos indígenas e a demarcação de terras.

Índio terena do Pantanal sul-mato-grossense, ele é escritor, piloto de aeronaves e criador do primeiro movimento indígena no Brasil. Idealizou e organizou a Conferência Mundial dos Povos

Indígenas sobre território, meio ambiente e desenvolvimento durante a Rio-92, onde foi escrita a Carta da Terra, com 109 recomendações, e a Declaração da Kari-Oca.

Marcos Terena nasceu na aldeia Taunay, em Aquidauana, interior de Mato Grosso do Sul. Tornou-se o primeiro piloto índio de toda a história da aviação e o primeiro índio brasileiro a participar de um grupo de trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU).

Pesquisas com células-tronco em debate na Rádio Senado

O programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, discute nesta segunda-feira, às 12h, as pesquisas com células-tronco. Os entrevistados serão os senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Flávio Arns (PT-RR).

Em 2005, o então procurador-geral da República Cláudio Fonteles propôs uma ação direta de inconstitucionalidade ques-

tionando o artigo 5º da Lei de Biossegurança. Em maio deste ano, o Supremo Tribunal Federal considerou válido o artigo, que permite o uso de embriões humanos fertilizados *in vitro* para pesquisas com células-tronco – capazes de se transformar em quase todos os tecidos do corpo humano e, por isso, vistas como solução para a cura de doenças.

Direitos do trabalhador brasileiro

O programa *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, às 8h30, trata dos direitos dos trabalhadores brasileiros com o auditor fiscal do Trabalho no estado do Piauí,

Francisco Luís. As condições adequadas de trabalho e as precondições para a aposentadoria estão entre os assuntos que a Rádio Senado debate com o especialista.



Virtuose das cordas, músico intercala no repertório choro, bossa nova e ritmos latinos

Yamandu Costa no Espaço Cultural

O programa *Espaço Cultural* desta segunda-feira, às 24h, apresenta *show* de Yamandu Costa, considerado um dos maiores prodígios do violão brasileiro.

O músico gaúcho revela no espetáculo toda a intimidade com o instrumento, o violão

de sete cordas, e demonstra um estilo de interpretação que funde o vigor do clássico com o tango e a música gaúcha. No repertório, muito choro, bossa nova e ritmos latinos, como a milonga, o tango, a zamba e o chamamé.

Yamandu interpreta ainda

composições de Astor Piazzolla, Radamés Gnattali e de sua própria autoria. O programa traz também uma entrevista com o violonista, que fala, entre outros assuntos, sobre a carreira musical sul-americana e o parceiro de palco, o acordeonista Alessandro Kramer.

A medida provisória e o papel do Legislativo

A polêmica em torno da edição de medidas provisórias traz ao debate uma pergunta: de quem é hoje o poder de legislar no Brasil?

Neste programa especial, a TV Senado resgata, nesta sexta-

feira, às 20h, a origem das MPs, discute o papel do presidente, do Congresso e do Judiciário e conta com depoimentos de especialistas e cidadãos sobre um assunto que mobiliza deputados e senadores.

O programa mostra também a origem das medidas provisórias e suas diferenças do decreto-lei, mecanismo que permitia ao presidente da República colocar imediatamente em vigor determinadas medidas.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DV
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

LEGISLAÇÃO

Código de Processo Penal será reformado

Durante a cerimônia de instalação da comissão que vai elaborar um anteprojeto de novo Código de Processo Penal, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que, "no cipoal de recursos e emaranhado de leis" do processo penal brasileiro, os resultados são a impunidade e a injustiça. Ele acredita

que a modernização do CPP, por conferir unidade e sistematicidade a essa área do Direito, terá reflexos positivos na promoção da paz e da justiça social.

Garibaldi explicou que, em lugar das modificações pontuais que vêm sendo promovidas no código, nas quase sete décadas de vigência, a comissão promo-

verá uma revisão estrutural.

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), que pediu a criação da comissão, o CPP em vigor (Decreto-Lei 3.689/41) apresenta características autoritárias. Ele ressaltou que a Constituição de 1988, democrática, trouxe novos princípios que colidem com o atual código.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Hamilton Carvalhido foi eleito coordenador da comissão externa. O grupo, com nove especialistas escolhidos por Garibaldi e pelos líderes partidários, se reunirá uma vez por mês e, no primeiro encontro, nesta quarta-feira, está prevista a aprovação de seu regimento.

A comissão acolherá sugestões da população e promoverá consultas públicas.

O grupo tem prazo de 180 dias para apresentar um anteprojeto, que, então, será submetido ao exame de uma comissão de senadores para ser transformado em projeto de lei.



Garibaldi recebe do TCU análise das contas do governo de 2007

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues, entregou na terça-feira passada ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, o parecer favorável da corte, com 22 ressalvas, à aprovação das contas do governo federal de 2007. O documento, relatado pelo ministro Benjamin Zymler, será apreciado pelo Legislativo.

Walton Rodrigues considera vital o exame das contas pelo

Parlamento. Apesar disso, ele comunicou a Garibaldi que desde 2002 elas não têm sido votadas. O presidente do Senado prometeu mudar a situação.

O TCU apontou deficiências no planejamento das metas do Orçamento e inexistência de avaliação da gestão orçamentária. Identificou ainda falhas graves em 20 das 128 obras do Programa de Aceleração do Crescimento fiscalizadas.

Lei Rouanet: ministro quer reforma

Em audiência com Garibaldi Alves na terça-feira, o ministro interino da Cultura, Juca Ferreira, anunciou que vai trazer para o Senado um proposta de reforma na lei federal de incentivo a investimentos culturais, a Lei Rouanet.

De acordo com Ferreira, o maior entrave enfrentado é a concentração de investimentos da iniciativa privada em produções culturais que dêem retorno e que se localizem, sobretudo, no Rio de Janeiro e

em São Paulo. Isso, disse, é prejudicial porque os recursos são públicos, produto de renúncia fiscal, e deveriam contemplar todo o país.

Ferreira citou, como exemplo de investimento que não desperta interesse de empresas, o parque arqueológico da Serra da Capivara, no Piauí. Ele observou que o parque é reconhecido mundialmente por abrigar os primeiros registros da presença do homem no planeta.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Membros do Conselho Nacional dos Procuradores Federais, acompanhados pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), pediram, na quarta-feira, o apoio do presidente do Senado para alterar a Lei Orgânica do Ministério Público (Lei 8.625/93). Segundo Demostenes, o objetivo das mudanças é garantir procedimentos uniformes para os ministérios públicos estaduais em todo o Brasil. O senador informou que os procuradores não concordam com projetos no Congresso que restringem as atribuições do Ministério Público.

PEQUENA EMPRESA -

Garibaldi manifestou, na quarta-feira, apoio ao projeto de lei que faz ajustes na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, atualmente em tramitação na Câmara (PLP 02/07). Entre outras medidas, o projeto cria a figura do microempreendedor individual, que permite que empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 36 mil optem pelo Simples Nacional, sistema simplificado de cobrança de impostos federais. A declaração foi feita na solenidade de posse do deputado Cláudio Vignatti (PT-SC) na presidência da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.



Em reunião esta semana, comissão vai aprovar seu regimento e começar a receber sugestões da população para novo código

Conselho de Ética tem novas regras

O presidente do Conselho de Ética será o responsável pela decisão de acatar ou arquivar representações por quebra de decoro, o que hoje cabe à Mesa do Senado. Da decisão caberá recurso, subscrito por no mínimo cinco de seus integrantes, ao plenário do conselho.

As novas regras constam de projeto de resolução (PRS 38/07) aprovado pelo Senado na quarta-feira.

O presidente do conselho deverá verificar se o autor da representação tem legitimidade para apresentá-la, se o documento informa os fatos em que se baseia a denúncia contra senador, se eles são procedentes e se ocorreram

no exercício do mandato, conforme determina o Regimento Interno do Senado.

Para o relator, César Borges (PR-BA), a resolução tem o mérito de dar aos acusados amplo direito de defesa.

O projeto estabelece ainda que o relator deverá ser escolhido por sorteio, de preferência entre os não filiados aos partidos do representante. Após a defesa, o relator fará um relatório preliminar. Se o conselho considerar que há indícios de prática sujeita à perda de

mandato ou punição, o processo criminal será instaurado. A partir daí, o órgão avaliará a necessidade de afastamento do senador de cargo de membro da Mesa ou comissão.



César Borges, relator do projeto, diz que ampla defesa está assegurada

Sistema sobre elaboração de projetos é atualizado

O Interlegis está atualizando seu Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, programa destinado a assembleias e câmaras de vereadores com informações sobre elaboração, apresentação, tramitação e armazenamento de projetos.

Até o dia 7 de novembro,

funcionários do Interlegis e profissionais selecionados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) criarão nova interface e novos instrumentos para o programa. O sistema utiliza *software* livre, o que facilita a aquisição de programas de computador pelos

legislativos.

As propostas ficam reunidas num banco de dados acessível a qualquer casa legislativa, que pode adequar o sistema às suas necessidades.

Para acessar o banco de dados, os legislativos devem visitar o site www.interlegis.gov.br.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mantenha sua casa segura nas férias

Para viajar com tranquilidade, é preciso cuidar para que a casa fique o mais segura possível na ausência da família. Veja as principais dicas das seguradoras e da polícia para diminuir o risco de ter a casa assaltada.

Cuidados básicos começam bem antes da viagem

As empresas de vigilância oferecem projetos, recursos e equipamentos cada vez mais sofisticados, sem contar o monitoramento eletrônico. Mas os preços costumam ser muito salgados. Veja as dicas para proteger a casa usando medidas mais baratas, mas eficazes.

- Evite obras de arte, decorações e outros objetos que dificultem a observação das áreas de acesso.
- Instale grades sólidas, de preferência por dentro, em janelas e basculantes.
- Em janelas e portas que deslizam sobre trilhos, coloque peças de madeira que travem a abertura.
- Para travar vidros basculantes (os vitrôs), prenda a manopla à haste de acionamento com um cadeado ou mesmo com um arame grosso, apertado com alicate.
- Não deixe portas e portões de acesso abertos inutilmente, ainda que por poucos momentos. Acostume-se a trancar sempre as entradas.
- Os arrombamentos são mais fre-

qüentes nos fundos da casa. Fique atento à porta da cozinha. Durante a noite ou quando estiver ausente, mantenha essa dependência isolada trancando as portas intermediárias.

- Procure manter a entrada de sua casa livre de obstáculos que impeçam sua ampla visão do interior do imóvel.
- Prenda solidamente exaustores e aparelhos de ar-condicionado, para evitar que sejam retirados para dar passagem.
- Procure isolar os quartos do restante do imóvel com portas de segurança.
- Não guarde objetos valiosos em casa, mantenha-os em cofres particulares de agências bancárias.
- Faça seguro residencial com coberturas específicas para jóias e obras de arte.
- Não dê aos empregados chaves de toda a casa: forneça apenas as chaves essenciais ao serviço. Eles podem ser forçados a abrir as áreas das quais têm chave.



No condomínio, discuta segurança com os vizinhos e sugira novas formas de proteção

Nos prédios de apartamento, o mais importante é que:

- Todas as entradas sejam bem iluminadas, sem objetos que atrapalhem a ampla visão à distância desses locais.
- Os acessos aos apartamentos também tenham boa iluminação, controlada de dentro do apartamento.
- As portas sejam sólidas e tenham olho mágico que permita a observação da entrada.
- Porteiros, zeladores e vigias sejam bem orien-

tados sobre a forma de atuação dos ladrões e estejam capacitados para tomar providências urgentes se necessário.

- Haja interfone em todos os apartamentos.
- Os moradores prefiram receber estranhos nas áreas de uso comum do edifício, à vista dos funcionários da portaria.
- A seleção de pessoal doméstico e do condomínio seja rigorosa.
- Haja muito rigor também na identificação de visitantes e entregadores.

Antes da viagem

O primeiro objetivo ao viajar é evitar que seja fácil perceber que os moradores não estão em casa. Veja como:

- Resista à tentação e peça a todos os membros da família que também o façam: não contem sobre a viagem, principalmente datas de saída e chegada.
- Comunique a viagem apenas a uma pessoa da sua confiança e peça-lhe que pegue a correspondência e qualquer entrega eventualmente esperada, assim como os jornais e revistas. Não se esqueça de deixar com ela o endereço e o telefone do local onde a família estará.
- Apare a grama e cuide do jardim antes de sair para não dar a impressão de que a casa está vazia.
- Se tiver garagem com portão automático, desligue o controle remoto do portão.
- Não mude a mensagem da sua secretária eletrônica e desligue o volume do aparelho e de todos os telefones, para evitar que alguém de fora perceba que não há ninguém para atender as chamadas.
- Desligue a campainha: assim a pessoa não terá certeza de que não há pessoas em casa.
- Não deixe luzes acesas: durante o dia elas indicam que a casa está vazia.
- Instale *timers*, aparelhos que ligam e desligam luzes, rádio ou televisão, para dar a impressão de que tem alguém em casa.
- Evite deixar as chaves nas portas ou próximo a elas. Invasores podem tentar "pescá-las" usando uma janela, ou derrubá-las, puxando-as por baixo da porta com um pedaço de papel ou tapete.
- Evite colocar cadeado do lado externo do portão da frente. Isso mostra que os donos estão ausentes.
- Na hora de sair, não se distraia: coloque a bagagem no carro o mais rápido e discretamente possível.
- Se for usar táxi, que seja de um ponto fixo ou de empresa conhecidos, cujo motorista tenha identificação visível.

Já no destino...

Na hora de escolher o melhor lugar para passar as férias, a preocupação com a segurança também é fundamental. As opções são muitas: casas de campo, de praia, sítios para alugar com grandes grupos ou pequenos apartamentos para uma viagem a dois. Qualquer que seja a escolha, o importante é estar atento aos detalhes.

- Escolha locais com baixos índices de criminalidade e movimentados: evite lugares desertos.
- Evite roupas e acessórios que chamem a atenção e o caracterizem como um alvo.
- Despreocupação faz parte das férias, mas ainda assim não se descuide de bolsas, carteiras etc. – as pessoas mal-intencionadas não tiram férias e aproveitam as oportunidades.
- Evite viajar com objetos de valor, dinheiro em excesso e muitos cartões de crédito: saia com pouco dinheiro e apenas um cartão.
- Levantar folha de cheque avulsa é melhor que o talão inteiro.
- Nunca deixe as crianças sozinhas.
- Não deixe seu carro destrancado ou com o alarme desativado e evite deixar objetos no seu interior.
- Ao chegar à cidade, anote o número da delegacia e do hospital mais próximos.
- Em caso de assalto, não reaja.

Saiba mais

Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul
www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php?action=dicas

Polícia Militar de Minas Gerais
www.policiamilitar.mg.gov.br/dicas.htm
Polícia Militar do Piauí
[\[tent/index.php?id=4\]\(http://tent/index.php?id=4\)
Yahoo - Geocities - Dicas de segurança
Drakman
\[br.geocities.com/drakman1/dicas.htm\]\(http://br.geocities.com/drakman1/dicas.htm\)](http://www.pm.pi.gov.br/modules/tinycon-</p>
</div>
<div data-bbox=)